

## A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA EXTERNA PARA A CREDIBILIDADE DAS EMPRESAS

BIALESKI, Anderson Rodrigo.<sup>1</sup>  
BERTUSSO, João Paulo Dominiki.<sup>2</sup>  
KOUNROUZAN, Marcia Covaciuc.<sup>3</sup>

### RESUMO

Esse artigo aborda sobre a evolução e a grande concorrência do mercado, que contribuíram para que as empresas demonstrassem suas informações contábeis com o maior grau de precisão e veracidade a fim de minimizar os índices de erros, o que contribui para que estas empresas se tornassem cada vez mais sólidas. Nesse aspecto as empresas passaram a utilizar das técnicas de auditoria externa para assegurar essas informações, analisando se as mesmas estão de acordo com os princípios, procedimentos e normas exigidas pela legislação em vigor. Dentro deste contexto iniciou-se uma pesquisa teórica de cunho bibliográfico procurando evidenciar, através de livros, artigos e revistas a importância da auditoria externa para a credibilidade das empresas, não apenas fazendo da auditoria algo obrigatório, mas procurando evidenciá-la como uma técnica de grande relevância até para empresas desobrigadas. Como por exemplo, perante os agentes externos, como, acionistas, detentores de capital, financeiras que se baseiam nas demonstrações contábeis para tomada de decisão, ou seja, o papel da auditoria externa não se limita em emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis, essa opinião pode ser vista como uma certificação que esta empresa auditada possui uma política preventiva a falhas juntamente com a comprovação de sua situação patrimonial que torna estas empresas mais confiáveis e com maior credibilidade perante aos agentes externos, por manter suas informações comprovadas por um agente independente. Por fim foi destacada a relevância com que a auditoria externa deve ser tratada sendo uma ferramenta de auxílio, imprescindível para o sucesso das organizações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Auditoria, Credibilidade, Ferramenta de Auxílio.

### THE IMPORTANCE OF EXTERNAL AUDIT FOR THE CREDIBILITY OF COMPANIES

### RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

First of all, to process the article, was approached the evolution and the high market competition, which contributed to the companies demonstrate its accounting statements with the highest degree of accuracy and truthfulness in order to minimize flaws, which contributes to businesses become increasingly greater stability. In the sense, the companies started to use of auditing external method in order to ensure the information complies the principles, procedures and the standards required by legislation. Within this context, was researched bibliography to evidence the importance of audit external to the credibility of the companies by means of books, articles and magazines, the audit only as a mandatory procedure, not paying attention the audit only as a mandatory procedure, but evidencing it as a substantial method for the big companies that even though not mandatory can be use it to their advantage. For example, toward external agents, such as shareholders, equity holders, banks that rely on financial statements to make a decision, the function of the external audit is not limited to issue an opinion on the financial statements, this view can be seen as a certification that the audited company has a preventive policy against faults and your proof of their financial situation makes it the most reliable companies, seen most credible toward external agents keeping your information verified by an independent agent. So, was highlights the importance that the external audit should be treated as a tool, essential to the success of organizations.

**PALAVRAS-CHAVE EM LÍNGUA ESTRANGEIRA:** Audit, Credibility, Support.

## 1. INTRODUÇÃO

Com a revolução industrial e a comercialização entre mercados internacionais, motivaram as empresas a adotarem sistemas de controle e planejamento estratégico para melhorar suas atividades operacionais. Com um crescimento na demanda de produtos e serviços e uma maior necessidade de capital de giro, muitas empresas optaram em captar recursos através de investidores externos, com recursos como: abertura de capital, parcerias, franquias, entre outras. Esses recursos possibilitam que essas empresas continuem alavancando suas operações. Esses usuários se utilizam das Demonstrações Contábeis como base para a concessão de crédito, trazendo uma necessidade às empresas de contratarem especialistas que analisassem estas demonstrações contábeis e deem mais confiabilidade nas informações repassadas. Essa atividade é executada pela Auditoria Externa, e o profissional é o Contador registrado no CRC – Conselho Regional de Contabilidade e que tenha o registro de auditor expedido pela CMV – Comissão de Valores Mobiliários auditor externo, prestando serviço de auditoria externa.

A Auditoria Externa surgiu com a necessidade de as empresas demonstrarem seus registros contábeis com um maior grau de confiabilidade, comprovando as informações divulgadas. Segundo Crepaldi (2002), a auditoria externa sustenta as empresas na comprovação dos registros contábeis para a proteção do seu patrimônio, é essencial para essas certificações das demonstrações contábeis, se as mesmas estão completas, neutras e livres de erros. Este procedimento contribui para aumento da confiabilidade e credibilidade das entidades o que torna essas informações relevantes aos usuários destas informações.

Neste contexto, a Auditoria Externa é uma ferramenta imprescindível para captação de recursos externos para as empresas. Sendo assim o problema que se levanta é: Qual a importância da Auditoria Externa para a qualidade das informações das demonstrações contábeis e sua contribuição na geração de informações fidedignas?

<sup>1</sup>Acadêmico do 8º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Assis Gurgacz (FAG). E-mail: anderson.bialeski@outlook.com

<sup>2</sup>Acadêmico do 8º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Assis Gurgacz (FAG). E-mail: jp.bertusso@hotmail.com

<sup>3</sup>Docente orientadora da Faculdade Assis Gurgacz do Curso de Ciências Contábeis. E-mail: marciack@fag.edu.br

Desta forma o objetivo geral deste artigo é evidenciar a importância da Auditoria Externa para a credibilidade das informações econômico-financeira e patrimonial das empresas, em sequência os objetivos específicos estão voltados a fim de apresentar o assunto da auditoria externa e seu papel dentro das entidades, identificar os campos de atuação da auditoria externa e destacar a importância do conceito da opinião técnica do auditor independente.

Nesse aspecto conforme afirma Gil (2000), entende-se que a auditoria é objeto de estudo e gestão o qual compõem a revisão, avaliação e emissão de opinião de processos e resultados que possam contribuir de forma efetiva e eficaz para os usuários uma vez que muitos destes são sócios e acionistas e não acompanham e nem fiscalizam as demonstrações contábeis repassadas por seus colaboradores ou representantes.

De acordo com Attiê (2006), a auditoria independente tem como foco principal o exame das demonstrações contábeis. O seu objetivo principal é expressar uma opinião e assegurar que esta seja adequada e confiável.

Para Almeida (2008), essas mudanças decorrentes do avanço tecnológico e econômico passaram a ser de grande relevância para os investidores e financiadores, assim se encaixa o papel do auditor independente responsável por gerar informações que tornem essas empresas confiáveis. Dessa forma esses usuários externos passaram a exigir que essas análises fossem feitas por esses profissionais do ramo de auditoria, sendo eles capazes e por dentro das normas e processos cabíveis.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO OU FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A contabilidade segundo Attiê (2010), com suas diversas funções que auxiliam as empresas no controle e gestão, ou seja, a contabilidade não se limita em apenas controlar e avaliar o patrimônio das empresas, com o mercado financeiro cada vez mais competitivo, faz da Contabilidade uma ferramenta eficaz para a tomada de decisão para os usuários das suas informações contábeis, como por exemplo, os investidores e detentores de crédito que por sua vez analisam a saúde patrimonial-financeira destas entidades através de relatório e demonstrações contábeis fornecidos pelas empresas a fim de tomar a decisão correta.

A contabilidade é considerada uma ciência social que tem respeitável acervo cultural e um conjunto de técnicas, princípios, conceitos e metodologia própria para servir a quem se utilizar de seus produtos, contribuindo, no plano econômico e administrativo das entidades, para a produção de informações seguras e objetivas. (ATTIÊ, 2010, p.95).

### 2.1 CONTABILIDADE

Desde sua origem conforme Abreu (2006), o homem utiliza das funções da contabilidade para o controle de suas riquezas, não existia a contabilidade propriamente dita, se utilizava de técnicas rudimentares para conseguir controlar seus ganhos e suas perdas durante determinado período, o homem pastor, por exemplo, controlava o aumento do seu rebanho de um inverno para o outro e utilizava de pequenos pedaços de pedras para representar a movimentação quantitativa de seu rebanho, o que se fosse levar em consideração em tempos atuais, seria como um inventário.

“A rigor, o homem fez um inventário de um ano a outro inventário agora [...] De forma muito rudimentar, não poderíamos dizer que os inventários estariam correspondendo aos balanços anuais?” (IUDICIBUS; MARION, 2002, p.23).

Com o crescimento econômico e social e a movimentação comercial que se iniciava principalmente na Itália fez a contabilidade obter seu primor no século XV, onde o Frei Luca Pacioli em 1494, publicou um livro chamado *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni Proportionalità* (coleção de conhecimentos de aritmética, geometria, proporção e proporcionalidade) onde abordou sobre método de partidas dobradas, segundo Iudicibus e Marion (2002) a primeira literatura relevante para a contabilidade, foi o primeiro a descrever sobre esse método desta forma, onde se iniciaria os lançamentos de débitos e créditos utilizados por nós até os dias atuais, o que fez de Pacioli ser considerado por muitos o pai da contabilidade.

Já no século XVI, se fazia contabilidade, porém sem obrigação alguma, era feita como forma de controle apenas para os donos das empresas, aos quais necessitavam registrar suas movimentações financeiras a fim de controlar de forma administrativa o seu negócio sem seguir um padrão regular nestes relatórios. (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

No decorrer do tempo a contabilidade foi se aperfeiçoando e se tornando uma ferramenta indispensável, já no século XIX devido à grande movimentação de empresas e comércio e exportação iniciados na Inglaterra e Estados Unidos contribuíram para que as empresas começassem a olhar com mais atenção para sua forma de controle, pois necessária de apurar os custos, e os gastos para a referida atividade. (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

Nos dias de hoje, a contabilidade vai além de registrar as movimentações financeiras, segundo Coelho (2004) os relatórios contábeis devem evidenciar o estágio real em que a empresa se encontra, e planejar a continuidade, a fim de definir os caminhos a qual a empresa deve percorrer, ou seja, os relatórios contábeis além de registrar os fatos ocorridos, podem servir como base de planejamento estratégico.

Segundo Franco e Marra (2001), contabilidade é a ciência responsável por estudar, analisar e controlar o patrimônio das empresas e alterações sofridas por elas, com o enfoque de produzir informações da situação real das mesmas, para auxílio na tomada de decisão.

O objeto da contabilidade é, pois, o patrimônio administrável, à disposição das entidades econômico-administrativas, sobre o qual ela fornece as informações necessárias à avaliação da riqueza patrimonial e dos resultados produzidos por sua gestão. (FRANCO; MARRA, 2001, p. 25). Sendo assim acredita-se que as informações geradas e apresentadas pela contabilidade são ferramentas indispensáveis para que possa ser possível analisar a posição passada, atual e futura da entidade, de forma a garantir aos usuários e interessados informações fidedignas, que possam vir auxiliar de forma direta nessa tomada de decisão.

A contabilidade é um instrumento que fornece o máximo de informações útil para as tomadas de decisões dentro e fora da empresa. Todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são registradas pela contabilidade que em seguida, resume os dados registrados em uma forma de relatório e os entrega aos interessados em conhecer a situação da empresa (MARION, 2008, p.28)

## 2.2 AUDITORIA

A auditoria é uma técnica das ciências contábeis que busca certificar os procedimentos executados pelas empresas, se os mesmos estão de acordo com o que é determinado pelo regimento interno da entidade quanto para os princípios, normas e procedimentos contábeis, Segundo Alberton (2002), a palavra auditoria possui sua origem do latim *audire*, traduzindo para o português significa “aquele que ouve” ou “ouvinte”, porém para os ingleses a auditoria vem do termo “*auditing*” possuindo um significado que corresponde com maior precisão a função da auditoria que é revisão, exame ou correção.

De acordo com Crepaldi (2009), a Auditoria é um conjunto de procedimentos técnicos tendo como objetivo principal a emissão de um parecer real sobre a posição da empresa, estes procedimentos são considerados processos de confirmação do resultado patrimonial o qual pode ter um aspecto positivo ou negativo. Pode-se definir a Auditoria como a responsável por fazer o levantamento, estudo e avaliação técnica do registro das operações, transações e procedimentos da entidade a ser auditada.

Para Sá (1998), Auditoria é uma técnica essencial que tem por finalidade o exame das demonstrações e tudo que seja relacionado aos elementos considerados contábeis, objetivando repassar opiniões, conclusões e orientações sobre a posição patrimonial, seja ela pública ou privada.

Auditoria é uma atividade essencial na contabilidade tendo como função o auditor analise supervisão e confirmação dos registros. Segundo Crepaldi (2009, p. 3), “a auditoria pode ser definida como o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações e rotinas das demonstrações contábeis de uma entidade”.

Hoog e Carlin (2008, p. 53) acrescentam que:

A auditoria contábil é a certificação dos elementos da contabilidade com o exercício da sociedade empresária, assegurando a credibilidade das informações das peças contábeis e a integridade do patrimônio, visando à minimização dos riscos operacionais, fiscais, societários, ambientais, trabalhistas, previdenciários [...] através de técnicas específicas.

Auditoria de acordo com Crepaldi (2009) é considerada um processo onde se confrontam as informações passadas pelo profissional contábil que elaborou essas demonstrações, com análises e técnicas de acordo com as normas e regras estabelecidas, comparando o que ocorreu conforme deveria ocorrer, com base em todos os elementos da empresa.

O objeto das entidades privadas é o conjunto de todos os elementos de controle patrimonial administrativo, os quais compreendem registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos e anotações que promovem a legitimidade dos atos da administração, bem como sua sinceridade na defesa dos interesses patrimoniais (FRANCO; MARRA, 2001, p. 31).

Segundo Attiê (2011), a auditoria é uma ferramenta da ciência contábil que visa atestar o controle patrimonial com o intuito de emitir uma opinião sobre determinado dado, o auditor deve analisar os livros e registros com características controladas, as políticas contábeis da empresa, bem como a forma de apuração de suas estimativas, procurando obter o maior número de informações para verificar o número de testes que devem ser aplicados para a asseguarção das informações contábeis, sua análise deve ser altamente crítica seguindo os princípios, normas e procedimentos em vigor.

## 2.3 ASPECTOS HISTÓRICOS EVOLUÇÃO E REGULAÇÃO DA AUDITORIA NO BRASIL

A prática da auditoria existe a muito mais tempo do que se pode imaginar, de acordo com Sá (2010), existem relatos de práticas relacionadas nos anos 4.500 anos antes de Cristo, onde na antiga Suméria foi comprovada por provas arqueológicas de verificações e inspeções. O termo auditoria propriamente dito começou a ser usado de fato no fim do século XIII segundo Crepaldi (2004), na Inglaterra, onde o Rei Eduardo nomeou representantes oficiais a fim de apurar as contas do testamento de sua esposa, onde se constituíram os primeiros relatórios de auditoria, chamados de *Probatur* sobre as contas.

### 2.3.1 Aspectos Históricos

No final do século XIX na Europa, para Hoog e Carlin (2009), com a revolução industrial, e a expansão do capitalismo no mercado internacional, que já movimentava grande valor monetário nas grandes indústrias, obrigando a estas empresas a obterem melhor forma de controle, planejamento estratégico e análise de suas ações operacionais e financeiras, práticas que logo iriam receber o nome de auditoria contábil, nascida como um ramo da contabilidade que busca a confirmação das informações quanto à realidade destas empresas.

Era antes de Cristo, na antiga Suméria, e nas províncias Romanas, no primeiro século depois de Cristo. Na idade média, no Continente Europeu, surgiram as associações de profissionais que realizavam auditorias. A história do surgimento da auditoria na idade média teve como fato marcante a necessidade do Clero em dirigir os empreendimentos da Igreja Católica. Segundo Magalhães et al. (2001), mediante a colocação de títulos mobiliários no mercado, o Vaticano foi a organização que contraiu a primeira dívida pública. (ALBERTON, 2002, p.27)

A evolução da auditoria para Attiê (1998) é decorrente do crescimento da contabilidade, devido a grande expansão das empresas e aumento nas transações financeiras junto com a complexidade da administração, para o desenvolvimento da economia. O seu surgimento está ligado com a necessidade de informações corretas a serem obtidas e divulgadas, as quais serão repassadas para os usuários externos, investidores e proprietários para auxílio na tomada de decisão. Com o grande aumento do mercado e das concorrências surge à exigência de opiniões independentes da situação das empresas, assim surgiram empresas de auditoria que com passar do tempo se tornam essenciais e indispensáveis para os usuários externos.

O surgimento da auditoria está ancorado na necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas multigeograficamente distribuídas e simultânea ao desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação o do capital de muitas empresas. (ATTIE, 1998, p.27)

### 2.3.2 Auditoria no Brasil Evolução e Regulação

No Brasil, para Motta (1988), juntamente com Aguirre (2002), a auditoria surgiu devido ao desenvolvimento do comércio mundial e a presença de grandes empresas internacionais, na década de 40. Anteriormente as únicas pessoas que tinham acesso ao auditor, eram juízes nomeados pela coroa Portuguesa com intuito de fiscalizar os tributos recolhidos, visando detectar fraudes.

Conforme afirma Kanitz (1979), que o primeiro parecer de auditoria no Brasil foi em 1903 emitido pela empresa *Clarkson & Cross*, referente a uma filial da São Paulo *Tramway, Light and Power Company*, que foi emitido na matriz em Toronto Canadá, onde foram analisadas as contas da filial em São Paulo não se sabe ao certo se existiam auditores presentes no Brasil ou se estes vieram de Toronto para esse trabalho.

A auditoria surgiu como consequência da necessidade de confirmação dos registros contábeis, em virtude do aparecimento das grandes empresas e da taxaço do imposto de renda, baseado nos resultados apurados em balanço. Sua evolução ocorreu paralelamente ao desenvolvimento econômico, que gerou grandes empresas, formadas por capitais de muitas pessoas, que têm na confirmação dos registros contábeis a proteção de seu patrimônio. (FRANCO; MARRA, 2000, p.37)

Com a chegada de grandes empresas multinacionais no Brasil na década de 60, segundo Franco ; Marra (2001), quando foi publicada a Lei 4.728/65 surgiu então o termo “Auditoria Independente”. Então na década de 70, esse termo foi marcado principalmente por criação de normas de auditoria, do Banco Central (BACEN), que obrigava as sociedades registradas neste órgão a passarem pela inspeção da auditoria as quais obtivessem ações cotadas no mercado de capitais. Em seguida a Lei 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários que cria também a comissão de valores mobiliários (CVM), que estabelece responsabilidade civil dos auditores independentes e fiscaliza as atividades da auditoria em companhias abertas e entidades associadas ao mercado de valores mobiliários. A Lei 6404/76, também criada na década de 70, para empresas de capital aberto sociedade por ações, que estabelece a obrigatoriedade de análise das demonstrações por auditores devidamente registrados na CVM. Já nos anos 80 e 90 aprimoramentos quanto à auditoria foram decorrentes as mudanças econômicas e geopolíticas presentes no Brasil e no

mundo. O Decreto-lei nº 9.295/46, que criou o Conselho Federal de Contabilidade e define as atribuições aos contadores define que o procedimento de auditoria é função única e exclusiva do profissional formado em ciências contábeis, habilitado pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, não sendo permitido por técnicos contábeis ou para profissionais de outras áreas.

As Normas de auditoria têm por finalidade estabelecer os padrões técnicos que visam, segundo Attiê (1998), qualidade no desenvolvimento da atividade e garantia do parecer do auditor para seus usuários. No Brasil, estas normas são desenvolvidas com parâmetros às normas *International Federation of Accountants* (IFAC), que estão presentes nas resoluções do CFC. As atividades de auditoria interna são regulamentadas pelas resoluções 780/95 e 781/95, do CFC-conselho federal de contabilidade. Essas que apresentam as técnicas de auditoria, os procedimentos com quais iram trabalhar, os papéis de trabalho e postura do auditor diante a detecção de erro ou fraude.

Os órgãos de relacionamento do auditor responsáveis pela emissão das normas de auditoria: CVM, CRC, CFC, IBRACON e OIO. (ATTIÊ, 1998).

- a) CVM – Comissão de valores mobiliários, criada através da Lei 6.385/76, que regulamenta o mercado de valores mobiliários, determina que somente auditores contábeis ou empresas de auditoria contábil devidamente registrado na CVM, poderão auditar demonstrações de instituições, companhias abertas, sociedades ou de empresas de distribuição de valores mobiliários.
- b) CRC E CFC, criados em 1946, os conselhos regionais de contabilidade e o conselho federal de contabilidade. São os responsáveis pela fiscalização dos contadores, que são representados por estes dois órgãos.
- c) IBRACON – Instituto brasileiro de auditores independentes é uma pessoa jurídica sem fins lucrativos de direito privado o qual os principais objetivos são fixar princípios de contabilidade e elaborar normas e procedimentos relacionados com auditoria e perícias contábeis.
- d) OIO – Instituto dos auditores internos do Brasil, que têm por objetivo promover desenvolvimento da auditoria interna através de troca de informações, criado em 1960.

## 2.4 AUDITORIA EXTERNA

Conforme afirma Crepaldi (2009), auditoria externa e constituída por um conjunto de procedimentos que tem por finalidade emitir um parecer, através da opinião do auditor quanto à posição patrimonial e financeira, as mutações do patrimônio líquido a demonstração do valor adicionado à demonstração dos fluxos de caixa e os resultados das operações das empresas auditadas se esses estão de acordo com as normas.

Para Attiê (2006, p. 31), “Auditoria Externa ou Independente tem como objetivo o exame das demonstrações financeiras e expressar uma opinião sobre a propriedade das mesmas, e assegurar se elas representem adequadamente a posição patrimonial e financeira”.

De acordo com o site Portal da Auditoria (2014), Auditoria externa ou independente tem como foco principal examinar a realidade das demonstrações contábeis financeiras das empresas auditadas a fim de emitir uma opinião sobre as situações das mesmas. Esta opinião emitida pelo auditor externo, profissional independente que não deve possuir qualquer tipo de vínculo com a empresa auditada, que irá analisar as demonstrações contábeis bem como os relatórios financeiros a fim de atestar se os mesmos estão de acordo com os princípios, normas, e procedimentos contábeis e a legislação em vigor.

Este relatório emitido pelo auditor independente não se limita apenas ao governo que determina sua execução, tampouco aos agentes internos da entidade, com a necessidade captação de novos recursos, esses relatórios servem como base para os agentes externos da entidade como, por exemplo: novos sócios, acionistas e financiadores de capital, ou seja, futuros investidores que precisam conhecer a situação patrimonial e financeira real das empresas e sua capacidade de retorno, com certificação do auditor estas informações passam a representar fidedignamente com o que é de fato sem manipulações, o que gera maior credibilidade e confiança para estes usuários. Segundo Almeida (2008), As informações contábeis ganham destaque e cresce a utilização das mesmas por investidores e financiadores, para uma maior confiabilidade das informações foi implantada a auditoria externa como ferramenta de tomada de decisão.

O tipo de parecer técnico que mais agrada aos usuários das informações contábeis é o “sem ressalva”, pois o mesmo irá atestar que os dados apresentados nas demonstrações contábeis repassados pela empresa representam fidedignamente com as normas, princípios e procedimentos contábeis.

O parecer sem ressalva expressa que, na opinião do auditor, as demonstrações contábeis apresentam, adequadamente, a situação patrimonial e financeira da entidade examinada, os resultados de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos, de conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, bem como que essas demonstrações incluem revelações suficientes para sua interpretação. (FRANCO; MARRA, 2001, P. 531).

Conforme NBC TA 200, o objetivo da auditoria é evidenciar a credibilidade das demonstrações contábeis. Processo o qual é alcançado em virtude da opinião expressada pelo auditor que verifica se essas demonstrações foram elaboradas, de forma relevante, em conformidade com a estrutura aplicável. Essa opinião pode ser formada por qualquer

auditor que aplique o método em conformidade com as normas. Para que o se possa ter uma base na opinião do auditor é exigido uma segurança razoável, dessas demonstrações analisadas que seja livre de erros e distorções independentemente se originadas de fraudes. Essa asseguarção é considerada um nível elevado de segurança, obtido quando o auditor consegue evidenciar de maneira apropriada e suficiente o que levou a emissão da opinião, que venha a reduzir a nível baixo e aceitável o risco de auditoria. O qual o mesmo possa a vir expressar uma opinião indevida se essas demonstrações vierem a ter distorções relevantes. No entanto esse processo de asseguarção razoável não é considerado absoluto devido a tantas limitações presentes nas evidencias de auditoria.

De acordo com Almeida (2003, p. 45), “o objetivo do auditor externo ou independente é emitir sua opinião sobre as demonstrações financeiras examinadas”.

Em concordância com Almeida (2003), Marcondes (2003, p.4), afirma “o objetivo da auditoria é a emissão do parecer sobre a adequação com que as demonstrações financeiras representam a posição financeira”.

Assim, o papel da auditoria externa é de grande valia para todos os usuários das entidades auditadas, tendo em vista que estes presentes nas organizações utilizam os dados emitidos pelo auditor com a finalidade de melhorar o controle interno e a gestão das entidades com o propósito de produzir resultados satisfatórios, aos usuários externos como, por exemplo, bancos, financeiras e acionistas que acabam a apreciar essas demonstrações contábeis com maior credibilidade, que serve como um “aval” de que a empresa cumpre as determinações legais vigentes. E para o fisco que também é um agente externo da entidade que acaba certificando que a empresa está regular perante a apuração dos tributos e os reconhecimentos dos mesmos. Portanto a auditoria externa não pode ser vista como apenas uma obrigação a ser cumprida, e sim como uma ferramenta de auxílio e colaboração dentro das entidades, imprescindível para o sucesso. Crepaldi (2009), também cita um exemplo da auditoria exigida pelo Banco central, que é o trabalho específico do auditor externo. Neste o aprofundamento as análises e revisões devem ser o suficiente quanto à necessidade de certificação do balanço. Assim se nota que não importa o quanto o trabalho seja detalhado e exigente das mais diversas técnicas e operações, essa certificação sempre será considerada o trabalho da auditoria externa.

Para Crepaldi (2009), a grande relevância que tem o trabalho do auditor externo é reconhecida pela credibilidade com que essa atividade é abordada pelo mercado, é considera uma ferramenta que presta grandes trabalhos a seus usuários, acionistas, Governo, Bancos outros em geral. Esse procedimento visa certificar a credibilidade das demonstrações contábeis, acordando com os princípios e normas contábeis brasileiras.

#### 2.4.1 Auditor Externo x Auditor Interno

Auditoria externa e interna se distingue no seu objetivo, para Ferreira (2012), a auditoria externa realizada por um profissional independente sem nenhum vínculo com a empresa, tem como finalidade um parecer através de sua opinião a cerca das demonstrações contábeis da entidade auditada, com intuito de avaliar a posição patrimonial, se estão de acordo com todos os aspectos relevantes, pertinentes as normas brasileiras de contabilidade. Já auditoria interna que é realizada por profissionais presentes nas organizações, tem por objetivo principal a emissão de um relatório, contendo os trabalhos realizados com o que foi destaque e comunica os administradores para que as providências necessárias sejam tomadas, visando aperfeiçoamento no controle interno da entidade.

Por meio das análises e do parecer de sua opinião conforme Alberton (2002), afirma o auditor independente verifica e assegura a veracidade das informações contábeis disponíveis para seus usuários. Estes em destaque os investidores. Que se baseiam nessas importantes informações para tomar a decisão corretas a cerca da entidade.

No entanto Franco; Marra (2001, p.28), destacam que essas informações não são destinadas somente auxílio as instituições financeiras:

Como também a resguardar os interesses de terceiros a ele vinculados - investidores (titulares do patrimônio); financiadores e fornecedores (credores do patrimônio); o fisco (que participa nas operações e nos resultados da atividade patrimonial; e trabalhadores (que participam da atividade produtiva e se beneficiam das contribuições da entidade aos fundos de assistência, de previdência social e de garantia do tempo de serviço dos empregados).

Na auditoria interna Almeida (1996), afirma que de nada serve um sistema de controle interno perfeito se não tiver funcionários competentes e um específico para a fiscalização se os processos estão executados conforme solicitados. Assim alguns objetivos são ressaltados, avaliar as normas internas e modificação se necessário e verificar se estas estão sendo seguidas.

Embora a auditoria não se destine especificamente à descoberta de fraudes, erros ou irregularidades praticados por administradores ou funcionários, ela frequentemente apura tais fatos, através dos procedimentos que lhes são próprios. (FRANCO; MARRA, 2001, p.31)

Almeida (1996), diz que o auditor interno não pode desenvolver atividades que o mesmo possa analisar futuramente. Define que é uma função específica do contador. Também cita Almeida (1996, p.127) que o auditor externo “deve planejar o seu trabalho de modo que as áreas de controle interno e revisão analítica sejam executadas em primeiro lugar...”.

Diante disso Nasi (2002), diz que ambas as auditorias estão relacionadas no processo para planejamento. Dentre as normas de auditoria destacam-se necessárias para o auditor independente executar suas tarefas e avaliação do controle interno em busca de detectar risco de auditoria para que possa definir melhor o planejamento da sua atividade.

Para uma melhor diferenciação Gil (2000, p.52) apresenta alguns aspectos das auditorias:

Quadro 1 - Auditoria Externa e Auditoria Interna

Itens	Auditoria Externa	Auditoria Interna
<b>Objetivo</b>	Opinar sobre as demonstrações financeiras	Assessorar a administração da empresa no efetivo desempenho de sua função.
<b>Profissional</b>	Independente com responsabilidade civil e contratação por período pré-determinado	Há relação de dependência com responsabilidade trabalhista entre as partes
<b>Existência</b>	Obrigatoriedade em determinadas empresas	Facultativa Obrigatória para empresas públicas
<b>A quem interessa</b>	Empresa, órgão governamentais, credores e investidores em geral	Empresa e Acionista
<b>Produto final</b>	Parecer Sobre Demonstrações financeiras	Relatório de recomendações e sugestões à administração.

Fonte: GIL, A. L. (2000, p.52)

#### 2.4.2 O Parecer da Auditoria

Attiê (1998) afirma que o objetivo da auditoria externa é expressar uma opinião a cerca das demonstrações contábeis das entidades. Dessa forma entende-se que o parecer é uma ferramenta de trabalho para o auditor. É considerado o documento o qual informa os resultados alcançados pelas atividades desenvolvidas. Através deste o auditor independente exprime sua opinião sobre as demonstrações contábeis de forma clara e objetiva sempre acordada com as normas e princípios, levando em conta que o mesmo deve ser de fácil entendimento aos seus usuários.

##### 2.4.2.1 Tipos de parecer

Os pareceres podem ser classificados em quatro tipos conforme Attiê (1998) destaca:

###### a) Parecer sem ressalva:

Parecer sem ressalva, é emitido pelo auditor quando o mesmo identifica que após aplicação de suas atividades de auditoria nas demonstrações contábeis das empresas em questão, estão de acordo com que apresentam a respeito da situação patrimonial e financeira e se os mesmos se apresentam adequados com os princípios e normas contábeis vigentes no período.

###### b) Parecer com ressalva:

Parecer com ressalva, emitido pelo auditor quando o mesmo identifica aspectos de relevância quanto evidencias de auditoria que não estejam adequados a posição patrimonial e financeira da empresa, e se os resultados das operações não estão de acordo com os princípios e normas vigentes. Neste parecer o auditor deve modificar o parágrafo de opinião, deixando de forma clara o que originou a ressalva, e também o efeito desta sobre os aspectos contábeis da entidade, e seu objeto.

###### c) Parecer adverso:

Parecer adverso deve ser emitido pelo o auditor quando o mesmo após executar seu trabalho, conclui que as demonstrações contábeis da organização em questão, não representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa e se os resultados operacionais não estão devidamente acordados com as normas e princípios contábeis vigentes no período.

###### d) Parecer com abstenção de opinião:

Parecer com abstenção de opinião, é quando o auditor que executa o trabalho de auditoria e durante a realização da sua atividade encontra dificuldades em obter a documentação, suporte e evidencias necessárias para a aplicação de suas técnicas de análises, para que possa formar uma opinião sobre o conjunto de demonstrações contábeis. Então o auditor deve observar no parágrafo de opinião a abstenção dela e o que levou a esse parecer sempre mencionando os procedimentos adotados.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa busca uma análise sobre o quão importante é a Auditoria Externa para a credibilidade das demonstrações contábeis, tornando as informações nelas contidas sejam fidedignas, para isso iniciou-se a análise de diversas bibliográficas que tratam sobre o referido tema, bem como as medidas alteradas pela Lei 11.638/07, e o CPC – Comitê do Pronunciamento Contábil, para alcançar o objetivo, e compreender sobre a relevância da Auditoria Externa para os usuários dessas informações. Assim, para se chegar à solução do problema levantado e atingir os objetivos propostos, este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa.

Inicialmente para analisar o contexto sobre o tema, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de cunho teórico de diversos autores, livros, produções científicas, normas nacionais, artigos publicados em congressos, revistas, *sites* da Internet.

Segundo Gil (2002, p. 44), “A pesquisa bibliográfica é definida como a pesquisa desenvolvida a partir de material já elaborado, constituída principalmente de livros e artigos”, ou seja, a pesquisa bibliográfica é uma fonte secundária tendo em vista que se baseia em outros autores e outros meios para a elaboração e fundamentação da pesquisa.

Para Medeiros (2003, p.51), “a pesquisa bibliográfica constitui-se em fonte secundária. É aquela que busca o levantamento de livros e revista de relevante interesse para a pesquisa que será realizada. Seu objetivo é colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto de seu interesse”.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou a análise de livros, artigos e revistas que tenham grande relevância no assunto abordado, para o referido tema, a fim de chegar a um maior entendimento do aspecto da importância da auditoria externa para credibilidade das informações contábeis das empresas.

O presente estudo possui uma abordagem qualitativa de caráter exploratório. Segundo Andrade (2006, p.124), “a pesquisa exploratória é o primeiro passo de todo trabalho científico”. O autor supracitado aponta ainda que as pesquisas exploratórias têm como a principal finalidade “facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir um novo tipo de enfoque para trabalho que se tem em mente”.

A natureza desta pesquisa é apresentada por características qualitativas. Onde, segundo Lakatos e Marconi (2004, p.267), a pesquisa qualitativa, [...] preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. (LAKATOS; MARCONI, 2004, p. 267).

Por ser uma pesquisa qualitativa, onde Beuren (2003, p.92) diz que: “na pesquisa qualitativa concebem-se análises profundas em relação ao fenômeno que esta sendo estudado”.

Pedron (2001, p.129) diz que o método qualitativo é “uma forma adequada para poder entender a relação de causa e efeito do fenômeno e conseqüentemente chegar a sua verdade e razão”.

Buscando esse aprofundamento na pesquisa, este trabalho foi dividido em etapas, onde foi abordado conceito de contabilidade, auditoria, aspectos históricos evolução e regulação da auditoria no Brasil e auditoria externa. Pretende-se, assim, auxiliar os usuários externos para a tomada de decisão com relação a investimentos em novas empresas, mostrando aos mesmos a importância que auditoria tem de averiguar através de suas técnicas e ferramentas a verdadeira posição da entidade analisada, chegando a um parecer altamente correto, que tem por finalidade gerar informações fidedignas a esses novos investidores.

Inicialmente, para tratar sobre o assunto, iniciou-se uma pesquisa exploratória entre livros, revistas científicas, artigos, *sites*, bem como as Leis, Normas, que regulamentam as atividades da Auditoria Externa, para buscar melhor entendimento. Por ser uma pesquisa bibliográfica, foram analisados diversos autores, para apresentar os dados com certa propriedade. Por ser uma pesquisa teórica, baseia-se na rerepresentação de ideias já publicadas, assim, foi elaborado um plano de pesquisa, efetuada leitura destas publicações visando obter as principais características da Auditoria Externa.

Desta forma, foram traçadas as seguintes etapas para efetuar a pesquisa:

- a) A seleção do material – A busca por artigos foi feita através do Google acadêmico, Sites como, Portal da Auditoria, IBRACON (Instituto dos auditores independentes do Brasil) e Revistas Brasileiras de Contabilidade, onde foram procurados artigos com títulos que tivessem relação com o tema. Ainda, foi necessária a leitura do conteúdo a respeito das normas e princípios da Auditoria dentro do contexto acompanhando as alterações e novas leis que estejam de acordo com o assunto.
- b) A Leitura – A leitura dos artigos e pesquisas foi efetuada diversas vezes para que pudesse ter um melhor entendimento do assunto, podendo descrever da melhor forma as diversas ideias de autores, para que se possa aproveitar ao máximo esse vasto campo de pesquisa.
- c) Anotações – A seleção de alguns tópicos de relevância foi destacada, em todos os artigos pesquisados, onde também foram analisadas a fundo em busca de garantir uma informação clara e transparente a fim de torná-la a ser descritível o suficiente para credibilidade na pesquisa.



d) Considerações – Após o cumprimento das etapas traçadas, a seleção do conteúdo, leitura e as anotações destacadas, sobre as ideias pesquisadas, procurou-se destacar a importância que a auditoria externa tem para a credibilidade das informações contábeis das empresas para os usuários externos.

#### 4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Através da análise desse estudo, pode-se observar que a auditoria externa é um instrumento o qual as organizações conseguem revisar e avaliarem seus registros e balanços e apresentarem relatórios e pareceres confiáveis à situação financeira e patrimonial da empresa.

Estes pareceres são considerados extremamente verdadeiros e confiáveis, porque são elaborados por profissionais competentes do ramo da contabilidade, Auditores independentes essa credibilidade se dá devido à fundamentação de sua opinião que é baseada em suas revisões, análises e avaliações nos devidos documentos comprobatórios.

A auditoria externa atende especialmente ao interesse dos usuários externos credores e acionistas, mas não é admitido à influência da administração nesses trabalhos. Sendo assim os auditores independentes não devem ter ligação nenhuma com os gestores e responsáveis pelas empresas.

Um dos principais erros é acreditar que o auditor externo tem a função de auxiliar a administração em sua gestão. Esse é papel designado ao auditor interno. Auditor externo nada mais é que o agente designado a aumentar o grau de credibilidade das demonstrações contábeis da entidade. Mediante a emissão de sua opinião obtida através de suas técnicas em conformidade com a estrutura e normas aplicáveis.

Desta forma se pretende a importância desse segmento em busca da eficácia e melhoria das organizações com enfoque na confirmação da fidedignidade das informações contábeis a serem apresentadas. Entende-se que a atividade da auditoria externa é de extrema importância na transparência das instituições. Assim se nossos órgãos competentes continuarem a promover atividades de relevância nos processos de auditoria externa e estender estes ao público talvez se reduzisse os níveis de fraudes e corrupções no país.

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho pode-se perceber que a auditoria surgiu com a necessidade de garantir a relevância e adequação das normas das demonstrações contábeis. Apesar de ter várias histórias de sua origem, não pode se dizer ao certo o seu real surgimento, alguns estudiosos relatam o início da sua existência no século XIII na Inglaterra.

Atualmente a auditoria não é vista apenas como uma obrigatoriedade, devido a grande expansão do mercado, desenvolvimento econômico. São várias as empresas que sofreram com a grande concorrência em consequência fez-se necessário expansão de seu capital tendo de abrir as portas para novos investidores. Nesse contexto a auditoria serve como ferramenta de auxílio para essas empresas na geração de informações fidedignas aos usuários externos.

Auditoria externa ou independente, desempenhada por um profissional de contabilidade (auditor) altamente profissional conhecedor de suas funções, que tem como objetivo emissão de uma opinião, com fundamentos de trabalho nas demonstrações contábeis. Essa opinião deve ser consistente e fundamentada de acordo com as normas e princípios de contabilidade.

Assim fica destacada a importância da auditoria externa na evidenciação de aspectos positivos das informações das empresas neste ambiente cada vez mais competitivo e globalizado. Visto que o crescente avanço do mercado financeiro e globalização tornou a auditoria externa uma ferramenta imprescindível para a tomada de decisão com um alto nível de segurança.

#### REFERENCIAS

- ABREU, A. F. **Fundamentos de contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- AGUIRRE, M.B.F. Auditoria governamental operacional em projeto público ambiental no estado de Mato Grosso. **Monografia Especialista em Auditoria das Entidades Governamentais do Programa de Pós-Graduação do Centro de Administração Economia e Ciências Contábeis da UFMT**. Cuiabá, 2002.
- ALBERTON, L. **Uma contribuição para a formação de auditores contábeis independentes na perspectiva comportamental**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa, Florianópolis 2002.
- ALMEIDA, M.C. **Auditoria um curso moderno e completo**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
- ATTIE, W. **Auditoria Interna: conceitos e aplicações**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.
- COELHO, C. U. F. **Básico de Contabilidade e Finanças**. Rio de Janeiro: Senac Nacional. 2004.

- CREPALDI, S. A. **Curso básico de contabilidade de custos**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Auditoria Contábil** - Teoria e prática. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- FERREIRA, R. J. **Contabilidade avançada**: inclui a nova estrutura conceitual Comentada. CPC 00. 5 ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2012.
- FRANCO, H; MARRA, E. **Auditoria contábil**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- GIL, A.L. **Auditoria operacional e de gestão**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HENDRIKSEN, E. S; BRENDA, M. F. V. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- HOOG, W. A. Z; CARLIN, E. L. B. **Manual de auditoria contábil das sociedades empresariais**: de acordo com o novo Código Civil – Lei 10.406/02. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Manual de Auditoria Contábil**. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2009.
- IBRACON Crise econômica e política prejudica confiança no país**. 2015. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=2526>> Acesso 01/06/2015.
- IUDÍCIBUS, S; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KANITZ, S. C. **O parecer do auditor**: introdução à auditoria. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1979.
- LAKATOS E. M; MARCONI M.A. **Fundamentos da metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- MARCONDES, N.R. **Ciências contábeis**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MEDEIROS, J. B. **Redação científica**. A prática de fichamentos, resumos, resenhas. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MOTTA, J. M. **Auditoria**: princípios e técnicas. São Paulo: Atlas, 1988.
- NASI, AC. **O controle interno no contexto da modernização do estado experiência das empresas de auditoria externa**. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda Governo do Estado. São Paulo, 2002.
- NBC TA 200 Objetivos Gerais do Auditor Independente e a condução de Auditoria em conformidade com as normas**. Normas brasileiras de contabilidade: NBC TA. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/NBC\\_TA\\_AUDITORIA.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/NBC_TA_AUDITORIA.pdf)> Acesso em 20/09/2015.
- PEDRON, A. J. **Metodologia Científica**: auxiliar do estudo, da leitura e da pesquisa. 3 ed. Brasília: Edição do Autor, 2001.
- PORTAL DA AUDITORIA. A Auditoria Externa ou Independente**. 2014. Disponível em: <<http://www.portaldeauditoria.com.br/auditoria-interna/o-que-e-Auditoria-Externa.as>> Acesso em: 23/05/2015.
- SÁ, A. L. d. **Fraudes Contábeis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Curso de Auditoria**. 10 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.